



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº _____, **DE 2025.**
(Do Sr. Gustavo Gayer)

Solicita informações ao Sr. Ministro da Controladoria-Geral da União, a respeito do posicionamento da pasta em relação à notícia do aumento de denúncias de assédio nos ministérios do governo.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Ex^a., com base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas ao Senhor Ministro da Controladoria-Geral da União - CGU, informações a respeito do posicionamento da pasta em relação à notícia do aumento de denúncias de assédio nos ministérios do governo.

Com o objetivo de instruir as informações relativas a este requerimento de informações, e, também, tendo como base os informativos veiculados pela imprensa, solicito que sejam respondidos os seguintes questionamentos:

- 1- Quais medidas o governo federal está tomando para investigar as denúncias de assédio na Diretoria de Cidadania e Alternativas Penais (Dicap), do Ministério da Justiça?
- 2- Dado o caráter repetitivo das acusações de práticas abusivas, quais providências estão sendo adotadas para garantir que a apuração seja rápida, transparente e eficiente?
- 3- O que o governo está fazendo para garantir que as vítimas de assédio dentro do Ministério da Justiça e de outras pastas recebam o suporte necessário e que suas denúncias sejam tratadas com seriedade e celeridade?





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal **GUSTAVO GAYER** – PL/GO

Apresentação: 07/02/2025 14:27:01.857 - Mesa

RIC n.278/2025

- 4- O governo tem criado mecanismos adequados para proteger quem denuncia e garantir que não haja retaliações?
- 5- O governo já identificou falhas nos processos internos de prevenção ao assédio nos ministérios, especialmente no Ministério da Justiça, no Ministério dos Direitos Humanos e no Ministério das Mulheres? Se sim, quais são as medidas que estão sendo tomadas para corrigir essas falhas e evitar que novos casos de assédio aconteçam?
- 6- O que está sendo feito para garantir que as denúncias de assédio no Ministério da Justiça e em outras pastas, como o Ministério dos Direitos Humanos e o Ministério das Mulheres, sejam tratadas de maneira uniforme e com a devida seriedade, sem favorecimentos ou omissões?
- 7- Como o governo se posiciona em relação ao aumento das denúncias de assédio em ministérios com um histórico de atuação na defesa dos direitos humanos, das mulheres e da igualdade?
- 8- O que está sendo feito para assegurar que as políticas de direitos humanos, que deveriam ser exemplares, sejam implementadas com a mesma seriedade dentro do próprio governo?
- 9- Quais ações o governo planeja tomar para garantir um ambiente de trabalho mais seguro e respeitoso para todos os servidores públicos?
- 10- O governo tem investido em treinamentos, campanhas de conscientização e aprimoramento das políticas internas de combate ao assédio em todos os ministérios?
- 11- O governo possui algum plano para monitorar e avaliar periodicamente a implementação de políticas internas de prevenção ao assédio nas pastas envolvidas, como o Ministério da Justiça, o Ministério dos Direitos Humanos e o Ministério das Mulheres? Se sim, quais são os parâmetros e prazos estabelecidos para essa avaliação?



* C D 2 5 1 4 3 4 2 7 2 6 0 0 *



12-Diante do aumento das denúncias, o governo está disposto a criar um mecanismo de acompanhamento externo e independente para garantir que as investigações sejam feitas de forma imparcial e transparente?

13-Haverá algum tipo de punição ou responsabilização pública para aqueles que forem identificados como responsáveis por atos de assédio no âmbito desses ministérios? Quais serão?

14-O governo garantirá que não haja impunidade em casos de assédio dentro das suas próprias estruturas?

Por fim, solicita-se o fornecimento de informações complementares que o senhor Ministro da CGU entenda como pertinentes, sobre as ações que está tomando para lidar com as denúncias e reforçar a responsabilidade no combate ao assédio no ambiente de trabalho.

JUSTIFICAÇÃO

A crescente onda de denúncias de assédio nos ministérios do governo é uma realidade preocupante que exige uma resposta rápida e eficaz. As mais recentes acusações, que recaem sobre o Ministério da Justiça, na Diretoria de Cidadania e Alternativas Penais (Dicap), da Secretaria Nacional de Políticas Penais (Senappen), reforçam a gravidade dessa situação.

De acordo com notícias divulgadas¹, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) volta a enfrentar denúncias de assédio moral e sexual dentro de seus ministérios. Dessa vez, as acusações recaem sobre o Ministério da Justiça, onde relatos de práticas abusivas surgiram na Diretoria de Cidadania e Alternativas Penais (Dicap), da Secretaria Nacional de Políticas Penais (Senappen). Esse não é um caso isolado. Desde 2023, denúncias semelhantes já haviam atingido outras pastas, como os Direitos Humanos, sob Silvio Almeida, e o Ministério das Mulheres, comandado por Cida Gonçalves.

¹ <https://oantagonista.com.br/brasil/operacoes-de-combate-a-corrupcao-da-cgu-despencam-no-governo-lula/>





Em setembro de 2024, um escândalo de assédio sexual envolvendo o então ministro dos Direitos Humanos, Silvío Almeida, resultou em sua demissão. Entre as vítimas, estava a ministra Anielle Franco, da Igualdade Racial. Na época, o presidente Lula afirmou que ninguém acusado de assédio permaneceria no governo.

Além disso, uma reportagem do site Alma Preta revelou que 17 servidores denunciaram um ambiente de tensão e insegurança dentro do Ministério das Mulheres, comandado por Cida Gonçalves. O caso gerou críticas do movimento negro e expôs crises internas no governo.

No Ministério da Justiça, atualmente liderado por Ricardo Lewandowski, as denúncias recaem sobre a diretora da Dicap, Mayesse Silva Parizi, e a coordenadora de gabinete, Suzana Inês de Almeida e Silva. Segundo informações da Agência Pública, pelo menos 15 funcionários relataram humilhações, perseguições e demissões injustas dentro da diretoria. Os depoimentos incluem alegações de que as gestoras “desprezam quem não as bajula” e “subestimam a inteligência da equipe”. Funcionários também relataram crises de ansiedade, burnout e adoecimento devido ao que classificaram como um “ambiente tóxico”. Desde 2023, aproximadamente 30 profissionais foram removidos de seus cargos, pediram exoneração ou foram demitidos.

Ainda, o veículo de comunicação expõe que os relatos de assédio dentro do governo Lula se multiplicaram nos últimos meses. Nos primeiros oito meses de 2023, a CGU registrou cerca de 4 mil denúncias, um aumento expressivo em relação às 730 registradas no mesmo período de 2022, sob a gestão de Jair Bolsonaro.

Destaca-se que essas denúncias, que envolvem assédio moral e sexual, não só comprometem a integridade dos servidores públicos, mas também minam a confiança da população nas instituições governamentais. Ao longo do tempo, o governo federal tem se posicionado como defensor dos direitos humanos, das mulheres e das políticas de igualdade. Contudo, essas práticas abusivas expõem uma desconexão entre os discursos e as ações, o





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal **GUSTAVO GAYER** – PL/GO

que gera um enorme descompasso entre as expectativas da sociedade e a conduta dos representantes do poder público.

O aumento dessas denúncias revela uma falha na implementação de políticas internas de prevenção ao assédio e de criação de um ambiente de trabalho seguro e respeitoso para todos os servidores, independentemente de seu cargo ou posição. A falta de medidas preventivas efetivas, bem como a omissão em investigar e responsabilizar os agressores, só contribui para a perpetuação dessa triste realidade.

É fundamental que o governo adote medidas concretas para enfrentar esse problema com seriedade. A criação de canais de denúncia acessíveis e eficazes, a promoção de treinamentos sobre assédio e a implementação de uma cultura organizacional de respeito e igualdade são passos essenciais para que os ministérios cumpram com os valores que proclamam em suas políticas públicas.

Logo, a sociedade brasileira não pode tolerar que essas práticas persistam dentro do próprio governo. Servidores e cidadãos têm o direito de trabalhar e se relacionar em um ambiente livre de abusos, onde as denúncias sejam ouvidas, investigadas e tratadas de maneira justa.

Diante desse cenário, é responsabilidade do governo agir prontamente para assegurar que os direitos dos trabalhadores e das vítimas de assédio sejam protegidos, e que os responsáveis por tais atitudes sejam devidamente responsabilizados.

Sala das Sessões, de de 2025.

Deputado **GUSTAVO GAYER**
PL/GO

